



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Segurança
Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público para

Oficial do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM)
- Feminino

CÓDIGO DA PROVA

S02 W
MANHÃ

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas. De acordo com o edital, o candidato que fizer prova com código diferente será eliminado.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE THOMAS CHANDLER PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“Fracassos, para mentes heróicas, são os degraus do sucesso.”

ATENÇÃO:

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos.

Este caderno contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e Redação.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Direito Administrativo	15	1,2
Direito Constitucional	15	1,6
Direito Penal	15	1,6
Direito Processual Penal	10	1,0
Direito Penal Militar	5	0,8

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

Reserve os 30 minutos finais para marcar seu cartão de respostas.

LEIAS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas e/ou da Folha da Redação por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha da Redação. Não se esqueça dos seus pertences.

A Redação deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha da Redação é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha da Redação será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha da Redação.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 01

O administrador público que pratica determinado ato administrativo visando ao favorecimento de determinada sociedade empresária, viola especialmente o princípio da:

- A) autotutela.
- B) publicidade.
- C) indisponibilidade.
- D) impessoalidade.
- E) motivação.

Questão 02

O ato administrativo que fique com sua eficácia dependente de uma condição, que vai ser atendida por outro órgão, cuja vontade se funde para formar uma só vontade autônoma, é denominado:

- A) anômalo.
- B) complexo.
- C) enunciativo.
- D) composto.
- E) imperfeito.

Questão 03

No que diz respeito ao instituto dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- A) possui presunção absoluta de legitimidade.
- B) os atos vinculados admitem juízo de valor e de conveniência.
- C) é possível encontrar um ato eficaz, mas sem exequibilidade.
- D) o atributo da autoexecutoriedade está presente em todos atos administrativos.
- E) inadmissível prova em sentido contrário.

Questão 04

Com relação ao tema controle, o Brasil adotou o sistema de jurisdição única. Desta forma, quais são as espécies de controle judicial previstas na nossa Constituição Federal?

- A) Mandado de Segurança Individual, *Habeas Corpus*, Mandado de Injunção e Ação Popular.
- B) Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Junção, Ação Direta de Constitucionalidade Fundamental e *Habeas Corpus*.
- C) *Habeas Data*, *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança Coletivo e Ação Direta de Constitucionalidade Fundamental.
- D) Ação Civil Pública, *Habeas Corpus*, Mandado de Junção e Ação Popular.
- E) *Habeas Data*, Mandado de Segurança, Ação Civil Pública e Termo de Ajuste de Conduta.

Questão 05

Acerca do regime jurídico do ato administrativo, é correto afirmar que o(a):

- A) ilegalidade do objeto é vício que admite ratificação.
- B) revogação gera efeitos *ex tunc*.
- C) motivo da revogação é a ilegalidade.
- D) delegação é sempre parcial.
- E) anulação submete-se obrigatoriamente à decisão do judiciário.

Questão 06

Conforme a legislação aplicada ao tema concessão de serviço público, são formas de extinção dos contratos de concessão:

- A) resolução por onerosidade excessiva, arrendimento, nulidade e anulação.
- B) encampação, revogação, advento do termo contratual e anulação.
- C) caducidade, direito de arrendimento, rescisão e revogação.
- D) caducidade, falência ou extinção da empresa concessionária, falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual e advento do termo contratual.
- E) direito de arrendimento, nulidade, rescisão e rescisão.

Questão 07

A respeito das estatais – empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que:

- A) estão excluídas do processo falimentar.
- B) o ente federativo pode criar estatais de direito público ou de direito privado.
- C) fazem jus à imunidade tributária.
- D) inaplicáveis as normas de contratação e licitação.
- E) praticam atividades exclusivas do estado.

Questão 08

No que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a assertiva correta.

- A) A indenização do dano não alcança os lucros cessantes.
- B) O ônus de provar a existência de excludente de responsabilidade é da vítima.
- C) Sujeitam-se a responsabilidade objetiva às empresas estatais que executam atividades econômicas.
- D) Na teoria do risco integral, há excludente de responsabilidade do Estado.
- E) Na relação Estado-agente público, a responsabilidade é subjetiva.

Questão 09

No que se refere ao ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) Admissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamentos de tributos.
- B) A revogação independe de o ato ser válido.
- C) A autorização é ato unilateral, precário e discricionário.
- D) Os requisitos do objeto e do motivo são sempre vinculados.
- E) Sendo a competência elemento vinculado, há que se falar em mérito administrativo.

Questão 10

Sobre a organização da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) os bens da empresa de Correios e Telégrafos são impenhoráveis independentemente de estarem ou não ligados à prestação de serviços públicos.
- B) se o Estado detiver a maioria do capital votante, fica claro que se está diante de uma empresa privada com participação estatal.
- C) a sociedade de economia mista tem foro na Justiça Estadual comum quando a União intervém como assistente ou oponente.
- D) na descentralização, há hierarquia entre o ente que descentralizou e o ente descentralizado.
- E) na sociedade de economia mista, é obrigatória a presença de capital privado, extremamente majoritário.

Questão 11

Acerca de contratos administrativos, considere a seguinte situação hipotética.

A Administração Pública contrata uma empreiteira para realizar uma obra. A Administração Pública interrompe durante 30 dias retardando sua execução. Essa interrupção vai impactar o contrato, porque os custos da empreiteira aumentaram, pois os empregados ficam propriamente parados, mas recebem. Essa interrupção é caracterizada como:

- A) interferência imprevista.
- B) fato da administração.
- C) fato do príncipe.
- D) força maior.
- E) caso fortuito.

Questão 12

Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, constitui caso de licitação:

- A) obrigatória.
- B) aberta.
- C) dispensada.
- D) inexigível.
- E) dispensável.

Questão 13

Considere a seguinte situação hipotética. A permissão de serviço público dada a alguém para exercer o transporte coletivo urbano por meio de vans. Imagine-se que, depois de conferida a permissão, advenha uma lei municipal criando uma nova modelagem no serviço de transporte coletivo para o fim de abolir o transporte por meio de vans, admitindo apenas o transporte por meio de micro-ônibus. O desfazimento do ato ocorreu por:

- A) caducidade.
- B) extinção subjetiva.
- C) renúncia.
- D) cassação.
- E) contraposição.

Questão 14

Assinale a assertiva correta a respeito da responsabilidade civil do Estado.

- A) A ação de reparação de dano poderá ser processada diretamente pelo particular lesado em face do servidor estatal.
- B) A responsabilidade administrativa independe da instauração de processo criminal.
- C) Quando a vítima der causa ao evento danoso, exclusivamente haverá nexos causal entre a conduta estatal e o dano e, assim, o Estado terá responsabilidade.
- D) Quando a absolvição no processo penal for por ausência de provas, essa sentença reintegrará o servidor.
- E) As sanções civis, penais e administrativas jamais poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Questão 15

Assinale a opção correta acerca dos poderes disciplinar, hierárquico, regulamentar e de polícia.

- A) Há relação de hierarquia entre a Administração direta e as entidades da Administração indireta.
- B) Decisão do Tribunal de Contas da União, em sede de licitação, não se vincula ao resultado de processo administrativo disciplinar.
- C) É impossível a extinção de cargos e funções públicas vagos por meio de decreto.
- D) Admite-se a delegação do exercício na ordem de polícia, bem como na sanção.
- E) Polícia administrativa possui o atributo da imperatividade, sendo usado nas hipóteses de autorização legal.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 16**

A doutrina não é unívoca quanto à natureza jurídica da Constituição, vez que pode ser analisada tradicionalmente pelos sentidos sociológico, jurídico e político. Assinale a alternativa que corretamente define o sentido sociológico.

- A) A concepção sociológica, cunhada por Víctor Cathrein, entende que a Constituição é fruto de uma decisão política fundamental, isto é, a vontade manifestada pelo titular do poder constituinte.
- B) A concepção sociológica, elaborada por Carl Schmitt, entende que a Constituição é concebida à luz dos princípios do direito natural, especificamente dos direitos fundamentais.
- C) A concepção sociológica, elaborada por Michele Ains, entende que a Constituição é o conjunto de normas constitucionais referentes à educação, ao ensino e ao desporto.
- D) A concepção sociológica, formulada por Ferdinand Lassalle, entende que a Constituição é a soma dos fatores reais de poder, isto é, o conjunto de forças de índole política, econômica e religiosa que condicionam o ordenamento jurídico de uma determinada sociedade.
- E) A concepção sociológica, formulada por Hans Kelsen, entende que a Constituição é a lei fundamental da organização estatal, sendo dividida em dois sentidos: lógico-jurídico e jurídico-positivo.

Questão 17

Assinale a alternativa que exemplifica uma norma formalmente – e não materialmente – constitucional.

- A) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre.
- C) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- D) O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.
- E) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

Questão 18

Horácio chegou à sua casa bêbado e, por este motivo, iniciou uma discussão intensa com sua companheira Mariley, agredindo-a verbalmente e fisicamente. Assustada, Mariley ligou para o telefone 190 (emergência PM/RJ) clamando por socorro. Os policiais chegaram ao local às 21h e Mariley se recusou a abrir a porta, argumentando que havia se entendido com seu companheiro e que, inclusive, este já estava dormindo. Levando em consideração que os policiais não detectaram, naquele momento, que Mariley era constrangida por Horácio a afirmar que estava tudo bem entre o casal; e que de fato havia aparente tranquilidade conjugal, assinale a alternativa correta à luz do direito fundamental à inviolabilidade de domicílio, previsto no artigo 5º, inciso XI, CRFB/88, e consectário entendimento jurisprudencial do STF.

- A) Os policiais só poderão entrar no domicílio de Mariley e Horácio munidos de mandado judicial, ainda que fosse detectado estado de flagrante delito.
- B) Os policiais têm o dever de obrigar Mariley a abrir a porta, tendo em vista que esta solicitou socorro, ainda que não tenham detectado estado de flagrância e situação de anormalidade.
- C) Os policiais têm o dever de entrar no domicílio, ainda que em período noturno, tendo em vista no caso hipotético o estado de flagrante delito.
- D) Os policiais poderão entrar no domicílio, mas terão que aguardar o período diurno.
- E) Os policiais não poderão entrar no domicílio sem o consentimento de Mariley e Horácio, tendo em vista que, no caso hipotético não há detecção de anormalidade tampouco de ameaça.

Questão 19

O Presidente da República Federativa do Brasil na vigência de seu mandato e durante suas férias, em uma discussão de partida de futebol, deu um empurrão em um colega que, bateu a cabeça no chão, vindo a óbito. Neste caso concreto, o Presidente da República:

- A) responderá pelo homicídio, na vigência de seu mandato e perante o STF, após autorização da Câmara dos Deputados.
- B) não responderá pelo homicídio, por possuir imunidade formal vitalícia.
- C) responderá pelo homicídio, após a expiração do seu mandato, perante a justiça comum, por não mais gozar de foro especial por prerrogativa de função.
- D) não responderá pelo homicídio, por possuir imunidade material e formal vitalícias.
- E) responderá pelo homicídio, na vigência de seu mandato e perante o STF, após autorização do Senado Federal.

Questão 20

No que concerne ao Poder Judiciário, assinale qual o órgão competente para processar e julgar ações contra o Conselho Nacional de Justiça.

- A) Superior Tribunal de Justiça
- B) Justiça Federal
- C) Tribunal Superior Eleitoral
- D) Ministério Público
- E) Supremo Tribunal Federal

Questão 21

Carla, chilena, solteira, sem prole, chegou ao Brasil em 31/12/2000 e fixou residência na cidade do Rio de Janeiro. No dia 01/01/2011 requereu junto à autoridade administrativa sua naturalização, alegando residência fixa no Brasil há mais de 10 (dez) anos, bem como ausência de condenação criminal. A autoridade administrativa, por sua vez, indeferiu o requerimento alegando os seguintes argumentos: 1) Carla não cumpriu o prazo de mais de 15 (quinze) anos ininterruptos estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88); 2) a naturalização extraordinária só é permitida caso o estrangeiro(a) tenha tido filho(s) no Brasil; 3) o deferimento da naturalização extraordinária é revestido de conveniência e oportunidade. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e entendimento do Supremo Tribunal Federal, a autoridade administrativa:

- A) errou ao indeferir com base nos argumentos 1 e 2, mas acertou ao indeferir pelo fundamento 3.
- B) errou ao indeferir com base no argumento 1, mas acertou ao indeferir pelos fundamentos 2 e 3.
- C) errou ao indeferir com base nos argumentos 1 e 3, mas acertou ao indeferir pelo fundamento 2.
- D) acertou ao indeferir com base nos fundamentos 1 e 2, mas errou ao indeferir pelo fundamento 3.
- E) acertou ao indeferir com base no argumento 1, mas errou ao indeferir pelos fundamentos 2 e 3.

Questão 22

Quanto à Organização do Estado, é correto afirmar que:

- A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei estadual.
- B) os territórios integram os Estados, e sua criação ou transformação em Município será regulada por lei ordinária.
- C) a autonomia do Município exterioriza-se, entre outros exemplos, pela capacidade de autogoverno. Portanto, o Município possui representatividade no Senado Federal.
- D) os territórios são descentralizações administrativas da União, dotados de autonomia política.
- E) compete à União organizar e manter a polícia militar do Distrito Federal, revelando-se uma limitação à autonomia do Distrito Federal.

Questão 23

Acerca dos tratados internacionais e direitos humanos, é correto afirmar que os tratados e convenções:

- A) de direitos humanos, se conflitarem com a lei, não prevalecem sobre ela, por se equipararem às leis ordinárias.
- B) internacionais em geral, que não se refiram a direitos humanos, se conflitarem com a Constituição da República Federativa do Brasil, prevalecem sobre ela, por se equipararem às emendas constitucionais.
- C) internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, pelo Senado Federal, em dois turnos, por maioria relativa dos votos, serão equivalentes a emendas constitucionais.
- D) de direitos humanos integram o bloco de constitucionalidade, servindo de parâmetro constitucional para o controle das leis e atos normativos.
- E) de direitos humanos, ratificados pelo Brasil, equivalem a leis federais.

Questão 24

Determinada lei municipal estipulou a obrigatoriedade da iluminação interna dos veículos automotores fechados, no período das dezoito horas às seis horas, quando os condutores se aproximarem de blitz ou barreira policial. De acordo com a lei em referência, as penalidades previstas aos infratores são pecuniárias a serem definidas pelo Poder Executivo posteriormente. Analisando o caso hipotético e considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a lei em apreço é:

- A) inconstitucional, vez que compete à União legislar privativamente sobre trânsito.
- B) constitucional, vez que compete ao Município legislar concorrentemente sobre trânsito.
- C) constitucional, vez que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.
- D) inconstitucional, vez que compete ao Estado legislar exclusivamente sobre segurança pública.
- E) constitucional, vez que compete ao Município legislar privativamente sobre trânsito.

Questão 25

No que tange à administração pública, assinale a alternativa correta.

- A) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- B) As autarquias serão criadas por lei complementar ao passo que as empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações serão autorizadas por lei ordinária.
- C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) Os cargos e empregos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, e as funções públicas são permitidas aos estrangeiros, na forma de lei complementar.
- E) São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Questão 26

No que se refere ao Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- A) As características do poder constituinte originário são: secundariedade, subordinação e condicionamento.
- B) A separação dos Poderes é um exemplo de limite formal ao poder reformador.
- C) Na órbita municipal e distrital, há poder constituinte originário e derivado.
- D) As características do poder constituinte derivado são: ilimitado, incondicionado e absoluto.
- E) O titular do poder constituinte originário é o povo, embora não seja uma garantia de que seu exercício será conforme o seu desejo.

Questão 27

O direito de reunião é uma garantia prevista na Carta Magna de 1988, mais especificamente em seu artigo 5º, inciso XVI. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta.

- A) É inadmissível, segundo o Supremo Tribunal Federal, realização de passeata que venha a bloquear o trânsito, tendo em vista o direito de ir e vir dos indivíduos não participantes.
- B) O direito de reunião sem armas é lícito, não podendo obstá-la a polícia ou quem quer que seja, salvo para salvaguardar a ordem pública.
- C) O uso de foice por apenas dois participantes caracteriza motivo para a polícia dissolver a reunião pacífica.
- D) A reunião – direito constitucionalmente tutelado – deve ser pacífica, lícita e previamente comunicada à autoridade competente, a qual possui discricionariedade para decidir sobre sua pertinência.
- E) O direito de reunião pode ser exercido em um período de tempo ilimitado, mesmo que acarrete tumulto às vias públicas.

Questão 28

O Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Assinale a alternativa que caracteriza a função de Chefe de Estado.

- A) Decretar e executar a intervenção federal.
- B) Iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição da República.
- C) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- D) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar em seus representantes diplomáticos.
- E) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

Questão 29

Acerca do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- A) O Conselho Nacional de Justiça será presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- B) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de quinze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- C) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- D) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e cinco ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- E) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de cinquenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.

Questão 30

No que tange ao Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.

- A) Cada legislatura terá duração de quatro anos, ou seja, um senador irá exercer 1 (uma) legislatura em um mandato total de quatro anos.
- B) O mandato das Mesas será de 3 (três) anos, sendo permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, alcançando inclusive a mudança de legislatura.
- C) O Senado Federal é composto por quatro representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema majoritário.
- D) As funções típicas do Poder Legislativo são legislar e fiscalizar, ao passo que as funções atípicas são administrar e julgar.
- E) A Câmara dos Deputados é engendrada como órgão legislativo federativo, uma vez que formada por representantes de entidades da federação.

DIREITO PENAL

Questão 31

A fim de se opor a ordem legal emanada pelo policial militar Gildenis, Cremilson profere grave ameaça contra o funcionário público, que, mesmo intimidado, executa o ato funcional de sua atribuição. Nesse contexto, é correto afirmar que Cremilson cometeu crime(s) de:

- A) desacato.
- B) resistência.
- C) ameaça e desacato.
- D) ameaça.
- E) ameaça e resistência.

Questão 32

Acerca do *iter criminis* e institutos correlatos, assinale a alternativa correta.

- A) Os crimes omissivos próprios, assim como os crimes culposos, não admitem a forma tentada.
- B) No arrependimento posterior, se o sujeito ativo, após executar o crime, impedir que a consumação se produza, somente responderá pelos atos já praticados.
- C) O Código Penal adota de forma expressa, no que tange à tentativa, a teoria objetiva individual.
- D) O exaurimento de um crime dá-se com a conclusão de seus atos executórios, constituindo condição necessária à consumação.
- E) A cogitação, naquilo que se convencionou chamar de direito penal do fato, pode ser criminalizada, embora de forma excepcional.

Questão 33

Após receberem informe sobre a prática, naquele momento, de transporte de drogas em ônibus intermunicipal, policiais militares abordam o veículo e, em seu interior, encontram Celidônio, cuja fisionomia era compatível com a pessoa mencionada no informe. Revistando a mochila que Celidônio traz consigo, os policiais encontram ali guardados cento e cinquenta pequenos invólucros plásticos contendo pó branco, que posteriormente seria identificado como cocaína. Espontaneamente, Celidônio revela que se mudara recentemente para uma comunidade em Duque de Caxias, oriundo de uma cidade no interior da Bahia, em busca de emprego. Todavia, não conseguindo uma ocupação lícita remunerada, decidira retornar à cidade natal. Não possuindo recursos para custear a viagem de volta, aceitou uma oferta de traficantes locais, que, em troca do transporte de drogas para a cidade de Barra Mansa, pagariam como contrapartida a quantia de R\$ 200,00. Considerando que Celidônio revelou a verdade dos fatos aos policiais; que nunca possuiu antecedentes criminais, não se dedica a atividades criminosas e tampouco integra organização criminosa; e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa que corretamente subsume a conduta à norma penal.

- A) Tráfico de drogas com aumento e diminuição da pena, simultaneamente.
- B) Tráfico de drogas com diminuição da pena e associação para o tráfico, em concurso de crimes.
- C) Tráfico de drogas com aumento da pena e associação para o tráfico, em concurso de crimes.
- D) Tráfico de drogas com aumento da pena.
- E) Tráfico de drogas com diminuição da pena.

Questão 34

Analisando as assertivas a seguir, assinale aquela que corresponde a uma hipótese de exclusão da antijuridicidade pela legítima defesa.

- A) A fim de se defender do ataque de um cachorro feroz e de grande porte, Ludovico agride o animal com uma paulada na cabeça, provocando sua morte. O ataque do animal fora ordenado ostensivamente por Laudelino, treinador de cachorros, proprietário do animal e inimigo da vítima.
- B) Paulina, proprietária de uma pousada, durante o café da manhã ouve dois hóspedes combinando um furto ao estabelecimento empresarial durante a madrugada subsequente. De imediato, a empresária passa a agredi-los a vassouradas, expulsando-os do local.
- C) Sabendo do temperamento irascível de seu vizinho, com quem já teve diversas brigas, Edevaldo passa a ofender sua honra subjetiva, já esperando uma reação violenta. Quando o vizinho, irado e com o objetivo de agredi-lo fisicamente, parte em direção a ofensor, que ainda o xinga mesmo depois de advertido, Edevaldo se antecipa e desfere um tiro no joelho direito do desafeto, ferindo-o gravemente.
- D) Policial militar, durante operação de combate ao tráfico de drogas em uma comunidade carente, vê ao longe certa pessoa com uma furadeira nas mãos. Pensando se tratar de uma arma de fogo apontada para si, dispara contra o portador da ferramenta, matando-o. Posteriormente, resta provado no inquérito policial promovido pela Polícia Civil que a furadeira, de longe, realmente poderia ser confundida com uma arma.
- E) Em meio a uma luta pelo Ultimate Fighting Championship (UFC), um dos lutadores, acuado pelos golpes do adversário, consegue reagir, desferindo um violento chute contra o rosto do rival. Este suporta lesão cervical que lhe causa paralisia dos membros.

Questão 35

No que concerne aos crimes contra o patrimônio, assinale a resposta correta.

- A) A apropriação indébita exige, para sua existência, a constituição de detenção ou posse lícita e vigiada sobre a coisa, seguida de inversão da detenção ou posse em estado idêntico ao domínio.
- B) A escalada, no crime de furto, consiste no ingresso em prédio alheio ou local fechado por qualquer via anormal, demandando meio instrumental – para alguns – ou esforço incomum.
- C) O crime de dano é qualificado, entre outras hipóteses, quando a lesão é praticada contra o patrimônio de empresa permissionária de serviços públicos.
- D) Roubo e extorsão são crimes que admitem, em sua execução, o emprego de violência física ou moral, bem como qualquer outro meio apto a reduzir a vítima à impossibilidade de resistência.
- E) Aquele que restringe a liberdade de alguém para subtrair seu patrimônio, sendo prescindível qualquer comportamento da vítima para o apossamento da coisa pelo agente, comete extorsão mediante sequestro.

Questão 36

Sobre o aspecto da alteridade, vinculado ao princípio da lesividade ou ofensividade, é correto afirmar que:

- A) permite que sejam punidas condições existenciais, especialmente quando contrárias à moral pública.
- B) apregoa que a pena não tem por finalidade fazer sofrer o condenado, determinando ao Estado a preservação da sua integridade física e moral.
- C) proíbe o recurso à analogia na criação de tipos penais incriminadores e na cominação de penas.
- D) contrapõe ao menos dois sujeitos, impondo que o sujeito ativo lesione ou ameace de lesão bens jurídicos alheios.
- E) sustenta que a pena não pode passar da pessoa do condenado, sendo certo que ninguém pode ser punido pela conduta de outrem.

Questão 37

Acerca dos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, assinale a resposta correta.

- A) O crime de conduzir veículo automotor em via pública sem possuir a necessária habilitação para dirigir é classificado como crime de perigo abstrato e individual.
- B) A lesão corporal prevista no art. 303 do CTB admite tanto a forma culposa, quanto a preterdolosa, restando a puramente dolosa reservada ao Código Penal.
- C) O delito de embriaguez ao volante pressupõe consumo de álcool pelo condutor, implicando que qualquer afetação da capacidade psicomotora por substância de efeitos análogos determine a desclassificação do crime.
- D) O agente que, na pendência de inquérito policial que investiga acidente automobilístico, pratica inovação artificiosa, alterando o estado de coisa a fim de induzir a erro o investigador, comete crime de fraude processual, mas não crime previsto na Lei nº 9.503/1997.
- E) Trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escola, gerando risco de dano, é conduta formalmente prevista como crime na Lei nº 9.503/1997, e não mera infração administrativa.

Questão 38

Aderbal, por menosprezo à condição de mulher, agride Selma com um soco no rosto. Sem querer, provoca o desfalecimento da vítima, que cai da própria altura, bate com a cabeça no chão e morre por traumatismo craniano. Analisando o caso concreto e considerando que Aderbal e Selma eram divorciados, é correto afirmar que sua conduta configura crime de:

- A) homicídio qualificado pelo motivo torpe.
- B) lesão corporal seguida de morte com aumento da pena.
- C) homicídio culposo.
- D) violência doméstica.
- E) feminicídio.

Questão 39

É correto afirmar que, no crime de abandono de incapaz com resultado lesão corporal de natureza grave:

- A) a incapacidade da vítima pode ser absoluta ou relativa.
- B) repudia-se o dolo de matar, admitindo-se a intenção de causar a lesão grave.
- C) a conduta antecedente, caracterizada como crime de dano, é dolosa, ao passo em que o resultado qualificador é sempre culposo.
- D) há exemplo daquilo que a doutrina denomina progressão criminosa.
- E) o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, o que caracteriza crime comum.

Questão 40

Constitui crime contra a família, previsto no Código Penal:

- A) sujeitar filho menor de dezoito anos a trabalho excessivo, expondo a perigo concreto sua vida ou sua saúde.
- B) deixar de entregar, sem justa causa, interdito ao curador que legitimamente o reclame.
- C) cometer adultério.
- D) submeter adolescente sob sua vigilância a vexame ou constrangimento.
- E) induzir o próprio filho menor de catorze anos a satisfazer a lascívia de outrem.

Questão 41

No que concerne à Lei nº 4.898, de 1965, assinale a resposta correta.

- A) O conceito de domicílio no atentado à inviolabilidade domiciliar não corresponde ao previsto no art. 150, § 4º, do Código Penal, em virtude da aplicação do princípio da especialidade.
- B) Para os efeitos da Lei nº 4.898/1965, apenas autoridades civis serão consideradas, pois os militares se sujeitam ao regramento do Código Penal Militar.
- C) A representação de que trata o art. 2º da lei pode ser dirigida ao Ministério Público e equivale ao direito de petição, previsto no art. 5º, XXXIV, da Constituição Federal.
- D) Caso um juiz, depois de comunicado, deixe de ordenar relaxamento de prisão que sabe ilegal, praticará infração administrativa, mas não abuso de autoridade.
- E) Os crimes previstos no art. 3º são doutrinariamente classificados como delitos de atentado, significando que a conduta é punível apenas na modalidade consumada, restando impunível a tentada.

Questão 42

Considerando tão somente as informações contidas nas assertivas, assinale aquela que corretamente contempla um crime hediondo ou equiparado, previsto na Lei nº 8.072, de 1990.

- A) Matias, Delegado de Polícia, depois de saber que um determinado policial de sua delegacia torturara um preso, deixa de investigar a conduta, mantendo-se inerte.
- B) Bertoldo, agindo com dolo de perigo, envenena água potável de uso comum, destinada a consumo em um clube. Por conta do envenenamento, provoca, culposamente, a morte de duas pessoas.
- C) Ribamar, para satisfazer sua lascívia, fornece bebida alcoólica a Emiliana, adolescente de quinze anos de idade, que fica levemente embriagada. Aproveitando-se da situação, Ribamar sugere à adolescente a prática de sexo anal e sua filmagem, com o que Emiliana concorda. Findo o ato sexual, Ribamar distribui o vídeo para amigos, através de redes sociais.
- D) A fim de subtrair para si coisa alheia móvel, Perivaldo invade uma casa e, depois de abordar o morador, desfere dois tiros contra ele, um em cada joelho, para evitar perseguição futura. Em seguida, o agente sai da casa levando consigo joias de grande valor. O morador passa a sofrer de debilidade permanente em suas pernas.
- E) Com o intuito de destruir parcialmente certa etnia indígena, Elesbão, fazendeiro, adota medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo, como esterilizações forçadas contra as mulheres da tribo.

Questão 43

Acerca dos crimes contra a paz pública e considerando apenas as informações contidas nas assertivas, assinale a resposta correta.

- A) Ítalo, professor de história, em sala de aula e perante os alunos, negou a existência do extermínio de judeus, ciganos e outros povos durante o nacional-socialismo alemão, afirmando que tudo não passava de uma farsa, no que o professor realmente acreditava. Com isso, praticou incitação ao crime.
- B) O poeta Felisberto, com intenção de estimular o debate sobre a liberação das drogas, escreve um soneto em que cuida dos efeitos do LSD sobre seu corpo, enaltecendo alguns deles. Nessa toada, pode-se dizer que sua conduta caracteriza crime contra a paz pública.
- C) Wellington, ao ser parado em uma blitz da polícia militar, é flagrado pelos agentes públicos ouvindo no aparelho de som de seu carro um funk, cuja letra exaltava determinada organização criminosa. Assim, Wellington praticou o delito de apologia de crime ou criminoso.
- D) Caio, em 2011, associou-se a outras duas pessoas com a finalidade de cometer crimes, desejando que o vínculo entre os associados tivesse por características a estabilidade e a permanência. O vínculo, todavia, foi voluntariamente dissolvido pelos associados um ano depois. Caio, pela narrativa, não cometeu crime de associação criminosa.
- E) Alaor custeava milícia privada, contudo sem integrá-la. Portanto, se aplicada a teoria formal-objetiva ao concurso de pessoas, Alaor pode ser considerado partícipe da infração penal prevista no art. 288-A do Código Penal, mas não seu autor.

Questão 44

Pratica crime de corrupção passiva aquele que:

- A) facilita, com infração de dever funcional, a entrada em território brasileiro de mercadorias absolutamente proibidas.
- B) simulando a qualidade de funcionário público, solicita fraudulentamente, para si, vantagem indevida para deixar de praticar suposto ato de ofício.
- C) aposentado do cargo público outrora ocupado, aproveita-se de sua antiga condição para solicitar vantagem indevida a outrem.
- D) trabalhando em empresa privada prestadora de serviços, contratada pela Administração pública para a execução de atividade típica, recebe vantagem indevida para retardar um ato de ofício.
- E) no exercício da função pública, exige quantia em dinheiro para outrem, infundindo temor à vítima.

Questão 45

Constitui crime de moeda falsa, previsto no art. 289, *caput*, do Código Penal, ou em seus parágrafos:

- A) adquirir a título oneroso maquinismo especialmente destinado à falsificação de moeda.
- B) fabricar fraudulentamente moeda metálica já retirada de circulação, mas economicamente apreciável por sua raridade, vendendo-a a um colecionador.
- C) falsificar grosseiramente papel-moeda, desde que a falsidade tenha efetivamente se prestado a iludir alguém.
- D) restituir à circulação nota ou bilhete representativo de moeda já recolhidos para o fim de inutilização.
- E) importar ou exportar moeda falsa, conhecendo, o autor, a peculiar condição do objeto material da conduta.

Questão 46

Caio, juiz do Estado do Rio de Janeiro, é abordado na blitz da Operação Lei Seca. Visivelmente embriagado, o magistrado discute com os agentes estatais e ofende a sua honra. Não satisfeito com os policiais, Caio saca a sua arma de fogo e efetua dois disparos com intenção de matá-los. Todavia, Caio não consegue alvejar ninguém por conta da sua má pontaria. Com relação à competência para processar e julgar o processo, assinale a resposta correta.

- A) Caio responderá por todos os crimes perante o Tribunal do Júri.
- B) Caio responderá por todos os crimes perante Tribunal de Justiça.
- C) Caio responderá perante o Tribunal do Júri com relação ao crime de tentativa de homicídio e de embriaguez ao volante e perante o Juizado Especial Criminal quanto ao delito de desacato.
- D) Caio responderá perante o Tribunal do Júri com relação ao crime de tentativa de homicídio, perante o Tribunal de Justiça com relação ao crime de embriaguez ao volante e perante o Juizado Especial Criminal com relação ao desacato.
- E) Caio responderá perante o Tribunal do Júri com relação ao crime de tentativa de homicídio e perante o Tribunal de Justiça quanto aos demais.

Questão 47

Henrique é flagrado pela polícia ambiental pescando lagosta no rio interestadual Paraíba do Sul, na altura do município de São Fidélis, durante o período de defeso. Havia capturado mais de 20 kg (vinte quilogramas) de pescado. Com medo de ser preso, Henrique foge em direção ao Estado de Minas Gerais, mas é perseguido e preso em Muriaé. Sobre a situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- A) Por se tratar de crime ambiental, o inquérito tramitará perante a Polícia Civil.
- B) O processo tramitará perante a Justiça Federal, pois há interesse da União, porquanto o crime ocorreu em rio interestadual.
- C) De acordo com o Código de Processo Penal, a atribuição para lavratura do auto de prisão e dos atos subsequentes é da autoridade do lugar em que o crime se consumou.
- D) A competência para processamento e julgamento da demanda criminal é do juízo do local da prisão.
- E) Caso o inquérito não tramite perante o “delegado natural”, haverá nulidade dos atos investigatórios.

Questão 48

José passa a maior parte do ano viajando pelo mundo em seu veleiro, que tem todos os utensílios de uma casa: cama, fogão, banheiro, inclusive cofre, local em que José guarda os seus documentos pessoais. Na noite de réveillon, está havendo uma festa no clube em que o veleiro está atracado. Durante a virada do ano, enquanto fogos explodem, José pega a arma que guarda no veleiro e faz disparos para o alto para comemorar o ano novo. Após, entra no veleiro e se tranca em seu interior. Acionada, uma guarnição policial comparece ao clube. Considerando os dados, assinale a resposta correta.

- A) O crime de disparo de arma de fogo não é permanente, motivo pelo qual José não poderá ser preso em flagrante.
- B) A guarnição policial terá que esperar a luz do dia para penetrar no veleiro, pois somente é possível ingressar em asilo inviolável durante o dia.
- C) Como o veleiro é equiparado a asilo inviolável, os policiais necessitarão de mandado judicial para penetrar nele naquele momento.
- D) O veleiro não está amparado pelo direito fundamental à inviolabilidade domiciliar, razão pela qual os policiais podem nele penetrar livremente a qualquer hora.
- E) Como a guarnição policial tem fundada suspeita de que José possui arma de fogo no interior do veleiro, os policiais poderão nele penetrar e prendê-lo em flagrante, pois o crime de posse de arma de fogo é permanente.

Questão 49

Dez minutos após um assalto em uma loja de aparelhos eletrônicos, Francisco é abordado pela polícia militar, em atitude suspeita, na posse de cinco caixas de telefones celulares. Em consulta ao gerente do estabelecimento, a polícia militar confirma que os telefones celulares são produtos do roubo. Francisco está em situação de flagrante:

- A) impróprio.
- B) presumido.
- C) prorrogado.
- D) esperado.
- E) próprio.

Questão 50

Com relação à prova testemunhal no processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) No procedimento ordinário cada uma das partes pode arrolar no máximo até 08 (oito) testemunhas.
- B) O depoimento infantil não pode ser admitido como prova.
- C) Testemunhas referidas são aquelas que não prestam compromisso.
- D) A contradita é a forma processual adequada para se arguir o falso testemunho.
- E) A testemunha faltosa pode ser responsabilizada pelo crime de desobediência, pode ser conduzida coercitivamente, mas não pode ser multada.

Questão 51

O inquérito policial “É o conjunto de diligências realizadas pela polícia judiciária para a apuração de uma infração penal e de sua autoria, a fim de que o titular de uma infração penal possa ingressar em juízo (CPP, art. 4º). Trata-se de procedimento persecutório de caráter administrativo instaurado pela autoridade policial” (CAPEZ, Fernando, Curso de Processo Penal, 23ª edição, São Paulo, Saraiva, 2016, p. 110)

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A) É procedimento escrito, sigiloso, inquisitivo dotado de oficialidade, oficiosidade e autoritariedade.
- B) Deve ser concluído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, se o indiciado estiver solto.
- C) Tem entre seus princípios a ampla defesa e o contraditório.
- D) Seus laudos não têm valor probatório, mesmo que submetidos ao contraditório.
- E) O Promotor de Justiça deve esperar sempre a conclusão do inquérito para oferecer a denúncia ou promover o arquivamento.

Questão 52

A principal testemunha de um estupro foi ameaçada pelo investigado. O Promotor de Justiça ofereceu a denúncia e pediu a prisão preventiva do denunciado, que está devidamente qualificado, tem endereço certo, atividade laborativa lícita no distrito da culpa e, ainda, folha de antecedentes criminais sem outras anotações. Caso o juízo defira o requerimento de prisão preventiva, deverá fundamentar a enxovia cautelar no(a):

- A) garantia da ordem pública.
- B) descumprimento da medida cautelar imposta.
- C) garantia da ordem econômica.
- D) garantia de aplicação da lei penal.
- E) conveniência de instrução criminal.

Questão 53

Um determinado político desviou dinheiro público e, a fim de dissimular sua origem, efetuou a compra de várias joias. Em operação policial, com mandado de busca e apreensão e sequestro expedido pela autoridade judicial, a polícia civil apreendeu, no carro de investigado, enquanto este transitava em via pública, planilha impressa que discrimina o recebimento de dinheiro, além de joias, dinheiro produto do crime, e um computador pessoal da filha do investigado. Sobre a situação em comento, assinale a resposta correta.

- A) Eventual requerimento de restituição dos bens apreendidos e sequestrados deve ser dirigido ao Promotor de Justiça, titular da ação penal.
- B) A apreensão da planilha que discrimina o recebimento de dinheiro não poderia ser determinada de ofício pelo delegado de polícia.
- C) O dinheiro, produto de crime, não poderia ser apreendido de ofício pelo delegado de polícia.
- D) O computador pessoal da filha do investigado, caso não seja instrumento do crime e não tenha sido adquirido com proveito do crime, será perdido em favor da União.
- E) As joias, que são produtos indiretos de crime, dependem, necessariamente, de ordem judicial para serem sequestradas.

Questão 54

Acerca do interrogatório, assinale a alternativa correta.

- A) O interrogatório é ato privativo do juiz.
- B) O interrogatório não é ato personalíssimo, podendo o réu nomear procurador para ser ouvido em seu lugar.
- C) O silêncio do réu pode ser interpretado em seu desfavor.
- D) O interrogatório é meio de prova e não de autodefesa.
- E) O interrogatório é ato preclusivo, não podendo ser repetido.

Questão 55

Rodrigo, aparentemente portador de doença psiquiátrica, está sendo investigado pela autoridade policial em razão de suposto cometimento de crime de dano qualificado. O delegado de polícia vislumbra a necessidade de instauração de incidente de insanidade mental. Sobre a situação apresentada, assinale a opção correta.

- A) O incidente é processado nos autos principais, facultado ao Ministério Público e à defesa a apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos.
- B) O prazo para realização dos exames médicos periciais é de 45 (quarenta e cinco) dias, improrrogáveis.
- C) O incidente de insanidade mental pode ser instaurado durante o inquérito, por determinação da autoridade policial, ou durante a ação penal, por ordem judicial.
- D) Se os médicos concluírem que o suposto criminoso adquiriu a doença após a prática do crime, o processo ficará suspenso, retomando a sua marcha caso o réu ou indicado se restabeleça antes do prazo prescricional.
- E) Instaurado o incidente de insanidade mental, o juiz deverá determinar a suspensão do processo e do prazo prescricional.

DIREITO PENAL MILITAR

Questão 56

O Conjunto de medidas, incluindo instrução, adestramento e preparo logístico, para tornar uma organização policial-militar pronta para emprego imediato é conceituado por:

- A) aprestamento.
- B) adestramento.
- C) agregação.
- D) assessoramento.
- E) coordenação.

Questão 57

Acerca do Comando e da Subordinação nos termos do Estatuto dos Policiais Militares, assinale a assertiva correta.

- A) A subordinação, embora afete a dignidade pessoal do policial militar, decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar.
- B) A praça é preparada, ao longo da carreira, para o exercício do Comando, da Chefia e da Direção das Organizações Policiais Militares.
- C) Às praças especiais cabe a rigorosa observância das prescrições dos regulamentos que lhe são pertinentes, exigindo-se-lhes inteira dedicação ao estudo e ao aprendizado técnico-profissional.
- D) Os subtenentes e tenentes auxiliam e complementam as atividades dos oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração.
- E) Os cabos, soldados e os sargentos são, essencialmente, os elementos de execução.

Questão 58

Quanto à Estrutura e Organização da Polícia Militar aprovada pelo regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200), pode-se afirmar que:

- A) os atos de nomeação e exoneração do Comandante-Geral de Polícia Militar deverão respeitar um prazo intercalado de 30 (trinta) dias.
- B) salvo casos especiais, a critério do Ministro de Justiça, o Comandante exonerado deverá aguardar no Comando o seu substituto efetivo.
- C) o policial do serviço ativo do Exército, nomeado para comandar Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar, passará à disposição do respectivo Governo do Estado, Território ou Distrito Federal, pelo prazo de 2 (dois) anos.
- D) os Comandantes-Gerais das Polícias Militares são os responsáveis, em nível de Administração Indireta, perante os Governadores das respectivas Unidades Federativas, pela administração e emprego da Corporação.
- E) o Comandante de Polícia Militar, quando Oficial do Exército, não poderá desempenhar, ainda que acumulativamente com as funções de Comandantes, outra função, no âmbito estadual, por prazo superior a 90 (noventa) dias em cada período consecutivo de 10 (dez) meses.

Questão 59

No que tange à aplicação da lei penal militar prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.

- A) Aplica-se a lei penal militar, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional.
- B) Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, exceto os de propriedade privada.
- C) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.
- D) Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.
- E) É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

Questão 60

Quanto ao lugar do crime dos crimes omissivos, o Código Penal Militar adotou a teoria:

- A) do Resultado.
- B) Unitária.
- C) da Atividade.
- D) Mista.
- E) da Ubiquidade.

Motivado pela leitura dos textos seguintes, sem, contudo, copiá-los ou parafraseá-los, redija um TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO com, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 linhas, em modalidade e limites solicitados, em norma padrão da língua portuguesa, atribuindo-lhe um título, sobre o tema: QUAL O FUTURO DAS UPPS NO RIO DE JANEIRO?

Texto 1

“Eu digo com propriedade que a UPP é um extermínio de favelados”, diz moradora

Quando criaram a UPP, em 2012, eu vi como positivo o fato de não vermos mais armas. A gente sabia que os traficantes ainda estavam ali, mas não víamos mais aquelas armas pesadas.

A questão é que rapidamente isso foi substituído pelo armamento pesado da polícia, e aos poucos ficou claro que a UPP não traria projetos sociais nem a paz, mas sim apenas uma forte militarização controlando tudo que os moradores fazem.

Logo no ano seguinte veio a primeira morte provocada por policiais da UPP, em março de 2013, e em outubro a segunda, um garoto espancado até a morte pela polícia. Sete meses depois foi o meu filho, morto com um tiro nas costas.

Não adianta mudar nomenclatura e cor do uniforme. É toda a estrutura e o treinamento da Polícia Militar que precisa mudar. Eles vêm para cá com ódio. Na visão deles, o pobre e favelado é o inimigo que precisa ser exterminado.

Ana Paula Oliveira, ativista e moradora da UPP de Manguinhos
Disponível em: noticias.uol.com.br

Texto 2

Estatísticas mostram que áreas pacificadas mantêm indicadores positivos de criminalidade. Presidente do ISP, Joana Monteiro, afirma que dados revelam êxito das UPPs.

Os números divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) nesta segunda-feira, 11 de maio, confirmam a estabilidade do processo de pacificação. No último ano, as estatísticas mostram pequena redução nos homicídios dolosos e que a letalidade violenta se manteve no mesmo patamar. A presidente do ISP, Joana Monteiro, afirma que os dados revelam êxito do trabalho das Unidades de Polícia Pacificadora [...]

Na comparação com 2007, ano que antecedeu a instalação de UPPs, a quantidade de homicídios dolosos nas comunidades pacificadas caiu 76%. Os crimes dessa natureza reduziram de 167 para 40 nas comunidades pacificadas [...]. O principal objetivo da política de pacificação é diminuir a violência e,

sobretudo, os crimes contra a vida.

A letalidade violenta - indicador que inclui homicídio doloso, latrocínio, homicídio decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte - reduziu 81,6% no período entre 2007 e o ano passado. No primeiro ano analisado ocorreram 332 registros que se enquadram nesse indicador. Em 2014, foram 61 autos de resistência registrados.

Com a substituição das incursões policiais pela presença constante das forças de segurança nas comunidades pacificadas, os auto de resistência também registraram queda: -87,8% desde 2007. Esse indicador se refere aos homicídios de pessoas durante confronto com a polícia no Rio de Janeiro.

No primeiro ano verificado foram 164 pessoas mortas em trocas de tiros entre policiais e criminosos. Em 2014 a Polícia Civil registrou 20 casos que se enquadram como autos de resistência. Neste mesmo intervalo também houve queda de 48% nos roubos de rua e de 79,7% na apreensão de armas. Por outro lado, a apreensão de drogas subiu 173,6% e as ocorrências com flagrante cresceram 255%.

Disponível em: <http://www.upprj.com>. 11 mai 2015.

